

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL-TO

## QUADRO DE SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO 2019

### CONCURSO PÚBLICO



**NÍVEL:** Superior

**CARGO:** Analista de Controle Interno

Língua Portuguesa .....	01 a 10
Noções de Informática .....	11 a 15
Conhecimentos Regionais .....	16 a 20
Legislação Pertinente ao Município de Porto Nacional/TO .....	21 a 30
Conhecimentos Específicos .....	31 a 40

**APLICAÇÃO:** MANHÃ

**COPESE**  
Comissão Permanente de Seleção



**ATENÇÃO:** transcreva no espaço apropriado da **FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO)**, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

**A felicidade do corpo consiste na saúde, e a do espírito, na sabedoria.**

#### LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES:

1. Verifique se este CADERNO DE PROVAS contém um total de 40 questões, dispostas conforme o quadro acima.
2. Caso haja algum problema de impressão ou divergência quanto ao cargo, solicite ao aplicador a substituição deste caderno, impreterivelmente, até 15 minutos após o início da prova.
3. Use somente caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:

Marque assim:  00  A  B  C  D

Não marque assim:  00  X  ●  ✓  ⊗

OBS: Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa.

4. Ao terminar a prova, acene para chamar o aplicador para que sejam recolhidos este Caderno de Provas e sua Folha de Respostas (Gabarito).
5. Após a prova você poderá levar consigo somente o Gabarito Rascunho.
6. Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala e até sair do prédio, continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.
7. De acordo com o item 10.18 do edital terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do processo seletivo, o candidato que durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligado) quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como bip, smartphone, telefone celular, relógio de qualquer espécie, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, ipod, ipad, tablet, pen drive, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, fones de ouvido, chaves integradas com dispositivos eletrônicos, controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico etc., bem como quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira/grafite, borracha, caneta em material não-transparente, óculos de sol (exceto com comprovação de prescrição médica), qualquer tipo de carteira ou bolsa e armas.

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

#### ATENÇÃO:

O tempo disponível para a realização desta prova, incluindo o preenchimento da Folha de Respostas (Gabarito) é de **3 horas**.

**PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia o texto a seguir para responder as **QUESTÕES** de **01** a **07**.

**Os perigos semânticos do racismo**

Casos de preconceito expõem uso indiscriminado da palavra "racismo", confundida com "injúria" e "apologia à violência".

Todas as profissões possuem vocabulário próprio, um glossário que permite comunicação mais efetiva entre os que trabalham em determinada área do conhecimento humano. Com o Direito não é diferente. As letras forenses são plenas de particularidades e aforismos próprios, familiares aos que militam nas lides judiciais, mas bastante estranhos à população em geral.

Alguns problemas surgem porque, ao contrário do que observamos em outras ciências, os termos jurídicos têm, não raro, um segundo significado, comum e muito difundido, circunstância que frequentemente leva confusão aos que batem às portas dos tribunais em busca de justiça. São palavras como: "queixa", "exceção", "suspeição", "competência", cujo significado popular difere, em muito, do sentido técnico, muitas vezes bastante difícil de ser explicitado ao leigo. Um dos exemplos mais veementes dessa dicotomia é o vocábulo "racismo".

Numa série de episódios recentes, de ataques a nordestinos e outros atores sociais, o termo voltou a movimentar o debate no país. Para o senso comum, "racismo" significa toda e qualquer forma de "preconceito extremado contra indivíduos pertencentes a uma raça ou etnia diferente, geralmente considerada inferior" (HOUAISS, 2009), englobando condutas variadas, que vão da simples ofensa verbal a atos sociais discriminatórios ou violência física.

Em sentido técnico, no entanto, o termo remete a "crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor", tipificados pela Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que usa, nas diversas figuras penais, frases como: "impedir ou obstar o acesso", "negar ou obstar emprego", "recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso", "recusar hospedagem", "recusar atendimento", "impedir ou obstar casamento", "impedir ou obstar convivência social" e outros comportamentos, sancionados com penas que variam de um mínimo de um a um máximo de cinco anos de reclusão [...]. São condutas ligadas à ideia de exclusão, de eliminação, de óbice concreto ao exercício de um direito, ao sentimento íntimo de proscrição do outro, que toma tais condutas desprezíveis.

É necessário, no entanto, diferenciar esses crimes da injúria (ofensa verbal), qualificada por "elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência", prevista pelo art. 140, §3º, do Código Penal e que recebe pena abstrata de "reclusão de um a três anos e multa".

Mal comparando, para a lei, uma coisa é impedir alguém de entrar num restaurante ou tratá-lo mal por ele ser negro ou nordestino. Outra é injuriar alguém, com base em ofensas de conteúdo racial.

Tema bastante polêmico, não raro vemos nos noticiários pessoas, atingidas em sua honra por expressões alusivas à origem social ou étnica, dizendo-se vítimas de racismo e indignadas porque a autoridade policial não tipificou a conduta na Lei nº 7.716/89, mas sim na injúria prevista no Código Penal.

A própria mídia, por vezes desinformada, concorre para essa confusão e acaba, involuntariamente, por estimular o atrito, inquinando como faltosas condutas funcionais absolutamente corretas.

Importa esclarecer que a Justiça tem peculiaridades e o autor do delito, de uma forma ou outra, seja qual for o *nomen juris* (a denominação legal) dado ao fato, será efetivamente responsabilizado.

Necessário anotar, enfim, que eliminar tais comportamentos não é tarefa policial. É preciso, mais. É urgente que os homens se conscientizem de sua igualdade intrínseca e de que a cor da pele, a religião ou a origem social não os qualificam como melhores seres humanos.

Assim como o Cavaleiro inexistente, de Italo Calvino, precisamos abandonar a narcísica armadura reluzente que nos aniquila para poder encontrar o outro, em toda sua dimensão, na divina beleza de sua diversidade.

Fonte: DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. In: *Revista Língua Portuguesa*. Ano 5, nº 62, dez. 2010. (Adaptado).

**QUESTÃO 01**

Assinale a alternativa **CORRETA** sobre a interpretação do texto e as intenções do autor.

- (A) Enaltece a área jurídica por utilizar vocabulário e termos técnicos acessíveis a toda população.
- (B) Acusa a mídia de divulgar informações falsas, principalmente sobre ataques aos nordestinos.
- (C) Demonstra que alguns termos de conhecimento popular possuem significados distintos do vocabulário da área jurídica.
- (D) Defende que a população em geral deveria dominar as letras forenses, para que todos pudessem conquistar os seus direitos.

**QUESTÃO 02**

Acerca da discussão sobre o termo "racismo", apresentada pelo autor, analise as afirmativas.

- I. Há dois entendimentos para "racismo": um de conhecimento popular e outro de conhecimento jurídico.
- II. Em todas as instâncias jurídicas deve-se prevalecer o significado popular para "racismo", que denota alteridade.
- III. Juridicamente, "racismo" é entendido como toda e qualquer forma de preconceito, por exemplo, contra as pessoas pertencentes a uma raça ou etnia diferentes, caso dos nordestinos.
- IV. O termo "racismo" apresenta a mesma significação do vocábulo "injúria" na área do Direito Penal.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.

**QUESTÃO 03**

Sobre as diferenças de sentido entre termos técnicos da área jurídica e os termos de conhecimento popular, assinale a alternativa **CORRETA** sobre qual problema essas diferenças podem ocasionar à população.

- (A) A propagação dos termos jurídicos corretos, pela mídia, em cada caso de queixa crime.
- (B) A inibição aos que buscam valer os seus direitos, mas que não encontram respaldo nas leis brasileiras.
- (C) A dificuldade em compreender a tipificação correta em casos de racismo e injúria, previstos na legislação.
- (D) O desconhecimento jurídico dos policiais ao informar a tipificação correta dos crimes de injúria e racismo ao cidadão comum.

**QUESTÃO 04**

A partir da leitura do fragmento “[...] precisamos abandonar a **narcísica** armadura reluzente que nos aniquila para poder encontrar o outro, em toda sua dimensão, na **divina** beleza de sua **diversidade**.” (último parágrafo), assinale a alternativa **CORRETA** em que as palavras em destaque podem ser substituídas, respectivamente, sem prejuízo de sentido, por

- (A) Singela; terreal; igualdade.
- (B) vaidosa; sublime; pluralidade.
- (C) humilde; vulgar; multiplicidade.
- (D) presunçosa; estígia; homogeneidade.

**QUESTÃO 05**

Assinale a alternativa **CORRETA**. A palavra “Direito”, em destaque no texto (1º parágrafo), está grafada com a inicial em maiúscula, pois

- (A) está iniciando o período.
- (B) está aludindo à entidade mitológica e de cunho histórico.
- (C) está remetendo à forma de tratamento usada em instituições públicas.
- (D) está designando ciência, ou disciplina, ou sintetiza aspectos do engenho e do saber.

**QUESTÃO 06**

Assinale a alternativa **CORRETA**. De acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República** (3º edição, revista, atualizada e ampliada, 2018), o trecho: “preconceito extremado contra indivíduos pertencentes a uma raça ou etnia diferente, geralmente considerada inferior”, presente no 3º parágrafo, está entre aspas, pois

- (A) é citação textual direta.
- (B) é fragmento de obra literária.
- (C) é excerto conotativo e não referencial.
- (D) é expressão de cunho preconceituoso.

**QUESTÃO 07**

Assinale a alternativa **CORRETA**. De acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República** (3º edição, revista, atualizada e ampliada, 2018), a expressão *nomen juris* está grafada em itálico, porque

- (A) é expressão de formação híbrida.
- (B) é expressão em língua estrangeira já aportuguesada.
- (C) é expressão utilizada exclusivamente na área do direito penal.
- (D) é expressão latina não incorporada ao uso comum na língua portuguesa.

**QUESTÃO 08**

Assinale a alternativa **CORRETA**. Segundo o **Manual de Redação da Presidência da República** (3º edição, revista, atualizada e ampliada, 2018), para o atributo “concisão” deve-se:

- (A) exibir advérbios que denotem personalidade.
- (B) transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras.
- (C) utilizar redundância e prolixidade para melhor clareza e compreensão do texto oficial.
- (D) utilizar adjetivos que destaquem a qualidade do que se pretende apresentar, com a finalidade de demonstrar consideração ao leitor.

**QUESTÃO 09**

Sobre os elementos de ortografia presentes no **Manual de Redação da Presidência da República** (3º edição, revista, atualizada e ampliada, 2018), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Pede-se que o travessão seja usado em casos em que se faz necessária a transcrição de trechos de fala.
- (B) Sugere-se a consulta a dicionários da língua quando há dúvidas sobre a grafia de determinada palavra.
- (C) Indica-se que o sinal de hífen deve ser evitado em comunicações oficiais, uma vez que o Novo Acordo Ortográfico não prevê seu uso.
- (D) Recomenda-se que palavras grafadas em itálico sejam acompanhadas de sinais gráficos de aspas para dar ênfase aos termos de origem estrangeira e latina.

**QUESTÃO 10**

Assinale a alternativa **CORRETA** em que todas as palavras estejam grafadas segundo a norma culta e/ou padrão da Língua Portuguesa.

- (A) Piche, procrastinar, expansão.
- (B) Vissicitude, maldade, viagem.
- (C) Ancioso, compreensão, lacrimejar.
- (D) Exceção, excepcional, indentidade.

**PROVA DE NOÇÕES DE INFORMÁTICA****QUESTÃO 11**

São categorias disponíveis no menu de Configurações no Microsoft Windows 10, **EXCETO**:

- (A) paint, docs e edge.
- (B) rede e internet, dispositivos e contas.
- (C) contas, hora e idioma e privacidade.
- (D) atualização e recuperação, personalização e sistema.

**QUESTÃO 12**

Recuo é um deslocamento das linhas em relação às margens do documento. Sobre o recuo de parágrafo no Microsoft Word 2016, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Essa versão do Word não permite o uso de atalhos do teclado para realizar recuos de parágrafo.
- (B) O recuo do parágrafo pode ser aplicado a apenas um parágrafo por página e somente na primeira linha.
- (C) A caixa de diálogo *Parágrafo* não apresenta referências ao recuo, sendo necessário o usuário acessar a guia *Layout* para essa finalidade.
- (D) O recuo de parágrafo pode ser feito por meio da guia *Layout*, bem como pela régua, pela caixa de diálogo *Parágrafo* ou por atalhos do teclado.

**QUESTÃO 13**

Em alguns aplicativos de comunicação como o WhatsApp o tipo de criptografia utilizado é a ponta a ponta, ou seja, entre os dispositivos que estão trocando as mensagens. Com esse tipo de criptografia, somente quem está conversando possui a chave para ler a mensagem.

Neste contexto, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) a criptografia é responsável apenas por gerar um resumo da mensagem original.
- (B) a criptografia é responsável por cifrar a mensagem.
- (C) a criptografia é responsável por armazenar a mensagem em um servidor seguro.
- (D) a criptografia é responsável por garantir a entrega da mensagem ao destinatário.

**QUESTÃO 14**

Acerca da impressão de planilhas do Microsoft Excel 2016, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Para imprimir uma parte de uma planilha de trabalho é necessário selecionar previamente a parte que se deseja imprimir.
- (B) Para imprimir uma parte de uma planilha de trabalho, basta clicar na opção *Imprimir por partes* disponível na guia *Revisão*.
- (C) Para imprimir apenas partes de uma planilha o usuário não necessita selecionar previamente a parte que deseja imprimir.
- (D) O atalho Ctrl + S permite o usuário imprimir diretamente uma planilha.

**QUESTÃO 15**

Qual a URL indicada para transmissões que envolvem informações sigilosas e que oferece conexão segura:

- (A) ftp://www.portonacional.to.gov.br
- (B) http://www.portonacional.to.gov.br
- (C) https://www.portonacional.to.gov.br
- (D) smb://www.portonacional.to.gov.br

**PROVA DE CONHECIMENTOS REGIONAIS**

**QUESTÃO 16**

Ritxòkò significa 'boneca de cerâmica' e são confeccionadas por mulheres, desde a modelagem, a queima até a pintura. As bonecas Ritxòkò, desde 2012 foram reconhecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como patrimônio imaterial brasileiro.

Sobre as bonecas Ritxòkò é **CORRETO** afirmar que são confeccionadas pelas mulheres do povo

- (A) Krahô.
- (B) Karajá.
- (C) Xerente.
- (D) Xambioá.

**QUESTÃO 17**

É **CORRETO** afirmar que a unidade do relevo que está localizada na quádrupla fronteira entre Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia alcançando mais de 800 metros de altitude, e constitui o limite ocidental da região do Jalapão recebe o nome de:

- (A) Chapada do Araripe.
- (B) Chapada Diamantina.
- (C) Chapada dos Guimarães.
- (D) Chapada das Mangabeiras.

**QUESTÃO 18**

Durante o giro da folia do Divino Espírito Santo ocorre uma dança que é uma espécie de brincadeira composta por homens e mulheres que em dupla, acompanhados de viola e pandeiro se divertem e divertem a população com gesto de alegria e sensualidade.

É **CORRETO** afirmar que essa dança típica, que carrega fortes marcas de cultura e tradição das comunidades do interior do

Tocantins como Paranã, Santa Rosa do Tocantins, Monte do Carmo, Natividade, Conceição do Tocantins, Peixe e Tocantinópolis recebe o nome de:

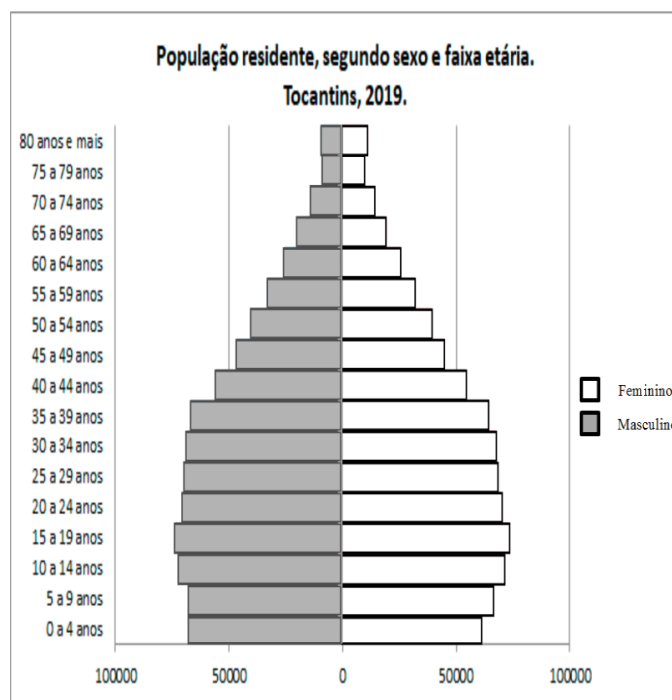
- (A) Zouk.
- (B) Salsa.
- (C) Sússia.
- (D) Merengue.

**QUESTÃO 19**

É **CORRETO** afirmar que uma das primeiras edificações construída em Palmas, no ano de 1989, que foi sede do Poder Executivo de 1º de janeiro de 1990 a 9 de março de 1991. Abrigou ainda a Casa Civil e a Casa Militar, as secretarias do Interior, da Comunicação e da Agricultura. Também serviu, por pouco tempo, de residência oficial do Governador, e atualmente abriga o:

- (A) Palácio Araguaia.
- (B) Memorial Coluna Prestes.
- (C) Museu Histórico do Tocantins.
- (D) Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

**QUESTÃO 20**



Fonte: Disponível em: <https://www.conass.org.br/guiainformacao/tocantins-2/> Acesso em 02/05/2019. (Adaptado).

Considerando a pirâmide etária do Tocantins é **CORRETO** afirmar que:

- (A) Os jovens de 15 a 19 anos correspondem à faixa populacional com maior incidência na composição populacional do estado.
- (B) A população idosa no estado Tocantins é numericamente superior à população jovem.
- (C) O número de mulheres adultas representa a metade do número de homens adultos.
- (D) O número de crianças de zero a 4 anos é superior ao de crianças de 05 a 09 anos.

**PROVA DE LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL - TO**

**QUESTÃO 21**

Assinale a alternativa **CORRETA**. Considerando a Lei Orgânica do Município, em especial quanto à organização do Poder Legislativo, o mandato da Mesa da Câmara Municipal será de:

- (A) um ano, admitida a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- (B) um ano, vedada a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- (C) dois anos, vedada a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- (D) dois anos, admitida a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

**QUESTÃO 22**

Considerando a Lei Orgânica do Município, em especial quanto à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, analise as afirmativas a seguir.

- I. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- II. O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas anuais do Município, só deixará de prevalecer por decisão de um terço dos membros da Câmara Municipal.
- III. As contas do Município ficarão, durante quatro meses, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte municipal, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos em que a lei indicar.
- IV. A Câmara Municipal e o Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

**QUESTÃO 23**

Assinale a alternativa **INCORRETA**. Considerando a Lei Orgânica do Município, em especial quanto ao processo legislativo, compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de lei que:

- (A) disponha sobre a criação, estruturação e atribuições de órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
- (B) estabelece a Lei de Zoneamento Municipal.
- (C) trate da criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta, Indireta e Autárquica, bem como a fixação das respectivas remunerações.
- (D) disponha sobre o Regime Jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores municipais.

**QUESTÃO 24**

Considerando a Lei Orgânica do Município, em especial quanto à Procuradoria da Câmara Municipal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Compete à Procuradoria da Câmara Municipal exercer a representação judicial, a consultoria e o assessoramento técnico-jurídico do Legislativo Municipal.
- (B) Os Procuradores Jurídicos da Câmara Municipal officiarão nos atos e procedimentos administrativos da Câmara, propiciando o controle interno da constitucionalidade e da legalidade e prestarão aos Vereadores, indistintamente, consultoria e assessoria técnico-jurídica, entre outras atribuições.
- (C) A Lei de iniciativa da Mesa da Câmara organizará a Procuradoria da Câmara Municipal, disciplinará sua competência e disporá sobre o ingresso na classe inicial, privativo de advogados em pleno exercício da profissão, mediante concurso público de provas e títulos instituindo plano de carreira, vencimentos e vantagens.
- (D) Compete à Mesa da Câmara indicar ao plenário em lista quádrupla, relacionando bacharéis em Direito, dentre os quais será nomeado, por aprovação da maioria e por tempo indeterminado.

**QUESTÃO 25**

Assinale a alternativa **CORRETA**. A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada mediante proposta de:

- (A) três quintos, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- (B) dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- (C) um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- (D) metade, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

**QUESTÃO 26**

Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), os cargos públicos serão providos, **EXCETO**:

- (A) Reintegração.
- (B) Recomendação.
- (C) Reversão.
- (D) Nomeação.

**QUESTÃO 27**

Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), dentre outros motivos, a pena disciplinar de demissão será aplicada ao servidor nos seguintes casos, **EXCETO**:

- (A) Reincidência de falta de cumprimento do dever funcional.
- (B) Incontinência pública escandalosa.
- (C) Ofensa, em serviço, contra servidor ou particular, salvo em legítima defesa.
- (D) Revelação de segredo de que tenha conhecimento em razão de suas funções.

**QUESTÃO 28**

Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A posse será dispensada no caso de nomeação do candidato aprovado em concurso público.
- (B) A posse será dispensada no caso de indicação de candidato para cargo em comissão ou de confiança.
- (C) A posse será dispensada no caso de reintegração.
- (D) A posse não será dispensada em nenhuma circunstância.

**QUESTÃO 29**

Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), quanto à nomeação para o cargo público, analise as afirmativas a seguir.

- I. A nomeação dar-se-á em caráter efetivo para cargo de provimento efetivo.
- II. A nomeação dar-se-á em comissão, mediante livre escolha do chefe do poder executivo municipal, dentre pessoas que satisfaçam os requisitos legais para investidura no serviço público, quando se tratar de cargo que assim deva ser provido.
- III. A nomeação dar-se-á em caráter efetivo para o provimento de cargo de caráter comissionado, nas funções de chefia, direção ou de secretário do município.
- IV. A nomeação dar-se-á em caráter temporário para provimento de cargo efetivo sujeito à extinção.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

**QUESTÃO 30**

Assinale a alternativa **CORRETA**. Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), as faltas funcionais prescreverão no seguinte prazo:

- (A) em 1 (um) ano quando a falta for sujeita à pena de multa ou suspensão.
- (B) em 3 (anos) anos quando a falta for sujeita à pena de destituição de cargo em comissão ou de função pública.
- (C) em 4 (quatro) anos quando a falta for sujeita à pena de aposentadoria.
- (D) quando a ação ou omissão do servidor for tipificada na lei penal, de acordo com esta será o prazo prescricional.

**PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**QUESTÃO 31**

Consoante a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
- (B) de acordo com o artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.
- (C) os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.
- (D) a Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64; e realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiência de recursos orçamentários.

**QUESTÃO 32**

Determinada prefeitura municipal “fictícia” apresentou no Balanço Financeiro de 2017, saldo em espécie para o período seguinte de R\$ 100.000,00. Durante o exercício de 2018 realizou os fatos que seguem:

- I. Despesa empenhada e liquidada com aquisição de computadores no total de R\$ 52.000,00, sendo inscrita em restos a pagar.
- II. Crédito efetuado em conta corrente referente à devolução de pagamento efetuado a um determinado fornecedor no exercício anterior, no valor de R\$ 13.000,00, por insuficiência de dados bancários.
- III. Recebimento de IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, R\$ 92.000,00.
- IV. Despesa empenhada, liquidada e paga com serviços de terceiros (pessoa física) no total de R\$ 22.000,00 (não houve incidência de retenção de valores).
- V. Pagamento de restos a pagar processados, inscritos no exercício anterior, no valor de R\$ 17.000,00.
- VI. Despesa somente empenhada com material de expediente no valor R\$ 44.000,00, sendo inscrita em restos a pagar.
- VII. Recebimento de receita patrimonial (aluguel), R\$ 18.000,00.
- VIII. Recebimento de receita de alienação de bens, R\$ 26.000,00.
- IX. Débito indevido efetuado na conta corrente da prefeitura no valor de R\$ 5.000,00.
- X. Crédito em conta corrente referente a estorno parcial de débito indevido de R\$ 3.000,00.

Considerando somente os fatos relacionados, assinale a alternativa **CORRETA** que corresponde ao total dos ingressos extraorçamentários no Balanço Financeiro do exercício de 2018:

- (A) R\$ 112.000,00.
- (B) R\$ 136.000,00.
- (C) R\$ 118.000,00.
- (D) R\$ 122.000,00.

**QUESTÃO 33**

Analisar o quadro da execução orçamentária de determinada prefeitura municipal “fictícia”, referente ao exercício de 2018:

Despesa Orçamentária				
Natureza da Despesa	Fixada	Empenhada	Liquidada	Paga
3.1.90.11	150.000,00	130.000,00	120.000,00	110.000,00
3.3.90.30	112.000,00	92.000,00	82.000,00	72.000,00
3.3.90.36	71.000,00	51.000,00	41.000,00	31.000,00
3.3.90.39	66.000,00	46.000,00	36.000,00	26.000,00
4.4.90.51	108.000,00	88.000,00	78.000,00	68.000,00
4.4.90.52	90.000,00	70.000,00	60.000,00	50.000,00
4.5.90.66	50.000,00	30.000,00	20.000,00	10.000,00
4.6.90.71	85.000,00	65.000,00	55.000,00	45.000,00
<b>Total</b>	<b>732.000,00</b>	<b>572.000,00</b>	<b>492.000,00</b>	<b>412.000,00</b>

Assinale a alternativa **CORRETA** que apresenta o total da despesa correspondente ao estágio que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, consoante Lei Federal nº 4.320/1964:

- (A) R\$ 732.000,00.
- (B) R\$ 572.000,00.
- (C) R\$ 492.000,00.
- (D) R\$ 412.000,00.

**QUESTÃO 34**

O quadro que segue apresenta o total da despesa empenhada de determinada prefeitura municipal “fictícia”, no exercício de 2018:

Item	Descrição	Valor
I	Contratação de serviço de pessoa física para instalação, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	11.000,00
II	Aquisição de computadores	44.000,00
III	Aquisição de gêneros alimentícios	18.000,00
IV	Contratação de serviço de Consultoria	14.000,00
V	Aquisição de equipamentos de processamento de dados	19.000,00
VI	Contratação de serviço de pessoa jurídica para conserto de máquinas e equipamentos	22.000,00
VII	Vencimentos e Vantagens Fixas dos servidores civis (salário dos servidores)	12.000,00
VIII	Obrigações Patronais	18.000,00
IX	Contratação de serviços funerários	17.000,00
X	Realização de obras e instalações	41.000,00
XI	Amortização do principal das parcelas de empréstimos obtidos	33.000,00
XII	Despesas com juros e encargos da dívida	19.000,00
XIII	Concessão de Diárias – pessoal civil	36.000,00
XIV	Serviços de água e esgoto	28.000,00
XV	Aquisição de equipamentos médicos e hospitalares	20.000,00
XVI	Serviço de energia elétrica	12.000,00
XVII	Aquisição de Ambulâncias	29.000,00
<b>Total</b>		<b>393.000,00</b>

Em relação à classificação da despesa orçamentária por categoria econômica, assinale a alternativa **CORRETA** que corresponde ao total das Despesas Correntes:

- (A) R\$ 207.000,00.
- (B) R\$ 189.000,00.
- (C) R\$ 214.000,00.
- (D) R\$ 192.000,00.

**QUESTÃO 35**

Em relação ao cálculo da despesa com pessoal de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Manual de Demonstrativos Fiscais, seguem as informações de determinado município “fictício”, referente ao exercício de 2018:

Informação 01 – dados extraídos do demonstrativo da despesa com pessoal (consolidado - despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo), referente ao exercício de 2018:

Item	Descrição	Valor
I	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	460.000,00
II	Obrigações Patronais	54.000,00
III	Benefícios Previdenciários	2.000,00
IV	Aposentadorias, Reserva e Reformas	23.000,00
V	Pensões	5.000,00
VI	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão	11.000,00
VII	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	22.000,00
VIII	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	27.000,00

Informação 02 – dados extraídos do demonstrativo da receita orçamentária arrecadada durante o exercício de 2018 (o município arrecadou somente estas receitas):

Item	Descrição	Valor
I	Impostos, taxas e contribuição de melhoria	400.000,00
II	Contribuições	200.000,00
III	Receita patrimonial	100.000,00
IV	Transferências Correntes	600.000,00
V	Operações de Crédito	300.000,00
VI	Transferência de recursos de convênios para construção de unidades escolares	150.000,00

Informação 03 – dados da Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência do Regime Próprio de Previdência do Município – RPPS, de janeiro a dezembro de 2018:

Item	Descrição	Valor
I	Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	50.000,00

Com base somente nas informações apresentadas, assinale a alternativa **CORRETA** que corresponde ao percentual da despesa total com pessoal do município “fictício” apresentado no Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Consolidado), do exercício de 2018:

- (A) 44,78%.
- (B) 38,72%.
- (C) 45,76%.
- (D) 39,84 %.

**QUESTÃO 36**

A licitação é um procedimento administrativo para a escolha da melhor proposta para contratar com a administração pública. A esse respeito, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A licitação é um procedimento que tem como um de seus objetivos garantir a isonomia entre os interessados, por isso não é possível, nem mesmo por lei, a criação de regras que estabeleçam vantagens a determinados segmentos econômicos.
- (B) A competência para legislar sobre licitações é dada pela Constituição à União, não tendo, portanto, o município competência legislativa sobre o tema.
- (C) Apesar de haver uma norma federal que estabelece o pregão como modalidade de licitação obrigatória, quando cabível, o município tem autonomia para utilizar a modalidade de licitação que entenda mais adequada desde que não envolva recursos públicos federais e nos parâmetros e limites fixados pela legislação federal.
- (D) Com exceção dos casos de dispensa e inexigibilidade, a licitação deve anteceder qualquer ajuste que envolva a administração pública, especialmente os contratos, mas também os convênios e os termos de parceria, fomento e colaboração.

**QUESTÃO 37**

Sobre a organização da administração pública e sua responsabilidade civil perante terceiros, leia as afirmativas a seguir:

- I. a responsabilidade civil objetiva prevista no art. 37, § 6º da Constituição brasileira atinge indistintamente toda a administração pública direta e indireta, de todos os entes da federação.
- II. os órgãos públicos não têm personalidade jurídica própria, e, conseqüentemente, também não têm personalidade judiciária, motivo pelo qual não podem figurar como parte em processos judiciais.
- III. as autarquias municipais têm personalidade jurídica própria, sempre de direito público, diferente das fundações públicas, que podem ser de direito público ou privado.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Apenas a afirmativa III está correta.

**QUESTÃO 38**

Uma das principais características do exercício da função administrativa é sua sujeição a um duplo controle: interno e externo. A esse respeito, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) o controle interno administrativo manifesta-se por diversos modos, entre eles o poder de rever seus próprios atos, anulando-os ou revogando-os.
- (B) o controle interno pode ser prévio, concomitante ou posterior, e deve ser estruturado de modo a monitorar a atividade administrativa, avaliar resultados e gerar informações.
- (C) tanto o controle interno como o controle externo da administração pública são atividades previstas constitucionalmente, e, embora facultativas, são sempre exercidas por órgãos especializados.
- (D) o controle externo da administração pública pode ser político, financeiro ou de legalidade, exercido pelos poderes Legislativo, com o apoio do Tribunal de Contas, e Judiciário.



**QUESTÃO 39**

Avalie as afirmativas abaixo como verdadeiras (V) ou falsas (F) e, após, assinale a alternativa com a sequência **CORRETA**.

- ( ) Pelo seu poder de autotutela, a administração pública pode anular a qualquer tempo seus atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, pois deles não se originam direitos.
- ( ) Dentre as cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos não está a exigência de fiscalização, que só deve acontecer quando o objeto do contrato assim o exigir, de acordo com a conveniência e oportunidade da administração.
- ( ) Os atos administrativos normativos compreendem os atos de caráter geral e abstrato, e com a finalidade de dar correta aplicação às leis.
- ( ) Os contratos administrativos devem sempre ter prazo determinado. Como regra, o prazo é adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários, sendo possível exceções, como a relativa à contratação de serviços contínuos.
- ( ) A revogação de atos administrativos é ato discricionário da administração pública que tem como fundamento basilar o princípio da legalidade.

- (A) F – F – V – V – F.
- (B) V – F – V – F – V.
- (C) F – V – F – F – V.
- (D) V – F – V – V – F.

**QUESTÃO 40**

São várias as formas de provimento e vacância do cargo público no município de Porto Nacional. A esse respeito, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Devido à regra constitucional de proibição de acumulação de cargos, empregos e funções públicas, aquele servidor estável que deseje tomar posse em outro cargo inacumulável deve pedir sua exoneração.
- (B) A nomeação é uma das formas de provimento dos cargos públicos efetivos, que decorre da aprovação em concursos de provas ou provas e títulos. Também é apta para prover os cargos em comissão.
- (C) A reintegração ocorre com o retorno do servidor demitido ou exonerado ilegalmente ao cargo anteriormente ocupado, sem efeitos retroativos.
- (D) Caso o servidor cometa alguma infração funcional durante o estágio probatório, o mesmo, após processo administrativo com garantia de ampla defesa e contraditório, deve ser exonerado.